

## COMUNICAÇÃO, HEGEMONIA E CONTRA HEGEMONIA

Rosemary SEGURADO<sup>1</sup>

A iniciativa dos organizadores do livro *Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia* deve ser recebida como uma contribuição significativa ao debate da economia política dos meios de comunicação no Brasil. Os artigos traduzem a discussão realizada durante o III Fórum Social Mundial na oficina “Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: pulsar e pensar ações”, que deu origem ao título da publicação.

A centralidade ocupada pelos meios de comunicação nas dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas marcaram a reflexão dentro e fora da universidade sobre a importância crescente da mídia na vida contemporânea. Nesse sentido, a partir de diversas perspectivas teórico-metodológicas e analíticas os meios de comunicação vêm sendo foco de estudos que visam compreender seu papel na atualidade.

Entre essas iniciativas, temos o esforço da Rede de Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação (EPTIC), uma das entidades organizadoras da oficina que analisou os “sistemas tecno-burocráticos de circulação de informações e a produção da comunicação midiática”. A presente obra é o terceiro volume da Biblioteca EPTIC, coleção lançada em 2002.

O eixo central que norteia os artigos da presente publicação analisa a concentração das empresas de comunicação e dos fluxos de informação exercida pelos grandes conglomerados de mídia. O cenário apresentado pelos autores dá conta da complexidade da problemática da comunicação na atualidade, observada em um duplo sentido: a busca de hegemonia da produção e disseminação de informações por parte das empresas de mídia e, por outro lado, a abordagem da resistência das comunidades locais frente ao processo de hegemonização desferidos pelos grandes grupos midiáticos.

Cada texto apresenta uma valiosa contribuição ao debate. E ao mesmo tempo em que expressa o pensamento dos pesquisadores que compartilham da mesma perspectiva teórico-metodológica de análise dos sistemas de comunicação e de informação, também oferece uma análise singular para a ampla variedade de temas que surgem a partir do mesmo eixo interpretativo. Essa característica garante a

---

<sup>1</sup>FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo – SP – Brasil. 01223-010 – roseseg@uol.com.br

multiplicidade de abordagens e concretiza o empenho de abarcar a variedade de questões verificadas a partir da experiência cada vez mais midiaticizada do homem contemporâneo.

Além das especificidades de cada texto, é necessário reafirmar a coesão do conjunto da obra que expressa a articulação interna tanto do ponto de vista analítico quanto do arcabouço teórico-metodológico. Esse aspecto expressa a grande capacidade analítica dos integrantes da publicação e demonstra o compromisso intelectual no enfrentamento das questões extremamente complexas relacionadas à abordagem da importância crescente dos dispositivos de informação e de comunicação na sociedade contemporânea.

O primeiro texto, *Vestígios da Memória da Experiência Chilena*, desenvolvido pelo renomado pesquisador francês Armand Mattelart, retoma sua experiência no Chile vivida entre os anos 60 e 70 como professor visitante na Escola de Sociologia da Universidade Católica. Ele nos oferece um depoimento que cruza elementos de sua inserção como pesquisador e o processo de definição das problemáticas sobre as quais passaria a se debruçar, demonstrando o percurso intelectual percorrido até sua definição pelos estudos da comunicação. A partir desses vestígios, Mattelart constrói algumas conexões entre o período do governo da Unidade Popular, de Salvador Allende, e as perspectivas sinalizadas pelo governo Lula que acabava de tomar posse no Brasil. Reforça a importância e o lugar de destaque do país na elaboração do pensamento comunicacional alternativo e no âmbito das políticas sociais, sinalizando a importância do aprofundamento sobre o caráter estratégico dos meios de comunicação de massa para a consolidação democrática.

A relação das tecnologias da informação e da comunicação é desenvolvida no texto intitulado *Impactos Sociais e Econômicos das Tecnologias da Informação e da Comunicação*, de autoria de César Bolaño. Ali ele destaca a influência das inovações tecnológicas nos modos de vida e de consumo e a relação com o processo de reestruturação capitalista.

O autor analisa o desenvolvimento tecnológico, principalmente o processo de digitalização que penetrou nas esferas públicas e privadas, provocando modificações nas dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais. Destaca três elementos fundamentais: 1) a relação entre capital e Estado e os novos elementos atuantes na disputa pela legitimação de poder; 2) as privatizações em âmbito global ocorridas a partir do programa neoliberal; e 3) a eliminação das políticas de bem-estar social e das conquistas dos trabalhadores no período fordista.

A combinação desses três aspectos sob a égide do processo de globalização proporcionou o desenvolvimento dos sistemas de comunicação favorecendo o capital

internacional, diminuindo a ação dos Estados nacionais e abrindo espaço para a conformação daquilo que o autor define como **Estado global capitalista**.

Por fim, no que tange às transformações no mundo do trabalho, é oferecida a seguinte hipótese: as tecnologias de informação e de comunicação geram o processo de subsunção do trabalho intelectual e, ao mesmo tempo, promove a intelectualização dos processos de trabalho — fenômeno que redefine as relações entre o trabalho manual e intelectual, transformando a geração de valor e a nova ordem capitalista.

No texto de Othon Jambeiro, *Condicionantes para uma Política de Inclusão Digital*, o autor discute a formulação e implementação das políticas de inclusão digital no Brasil, ressaltando os aspectos constitutivos da sociedade brasileira, que apesar de ter forte traço autoritário e elitista inicia um processo de redução dos abismos sociais que marcam a história do país.

Nesse sentido, aponta alguns condicionantes históricos, políticos e socioculturais como elementos essenciais para a compreensão aprofundada do desenvolvimento democrático do país. Entre os condicionantes históricos, Jambeiro resalta o Estado Novo como período fundamental para a instauração da visão de pátria unificada e para a geração dos planos nacionais que posteriormente consolidaram a centralização de decisões no Poder Executivo e no Congresso Nacional. Nesse sentido, demonstra que o Estado Novo se norteou pela “idéia fascista do papel hegemônico do Estado frente aos indivíduos e as instituições”. A partir dessa noção, a cidadania era encarada apenas como a capacidade dos indivíduos se integrarem às políticas governamentais.

A televisão, abordada em quatro artigos da publicação, é debatida desde a perspectiva da economia política em torno do processo de digitação, passando pela reflexão sobre as mudanças realizadas pelo *Jornal Nacional* e pelas questões da TV por assinatura no Brasil, nos dando ainda uma visão antropológica da TV Digital.

A estrutura de mercado da televisão brasileira é abordada pelo pesquisador Valério Cruz Brittos, no texto *A Economia Política da TV Brasileira no Período Pré-Digitalização*, que analisa o debate a respeito da implantação da TV Digital, passando pelos elevados custos para a mudança de equipamentos até as estratégias definidas para a conquista de telespectadores, o que significa a possibilidade de ampliação de mercados para novos conteúdos.

Brittos contextualiza historicamente a relação entre o desenvolvimento capitalista e as tecnologias que tiveram um papel decisivo na transmissão rápida de informações, permitindo aos mercados um funcionamento sincronizado. Referenciando-se em David Harvey, o autor vê as novas tecnologias vinculadas ao modelo neoliberal para favorecer o sistema capitalista na busca por sua manutenção como sistema hegemônico.

A ampliação da oferta aos consumidores, perseguida tanto pela TV aberta quanto pela fechada, apesar da segmentação, tem como objetivo central captar o telespectador por meio dos produtos de entretenimento e consumo, daí o grande interesse dos investidores.

O texto tem o grande mérito de oferecer a compilação de dados fundamentais para a compreensão da configuração do mercado televisivo, a evolução dos assinantes de TV por assinatura, os índices de audiência das maiores redes brasileiras e uma série histórica que indica entre 1970 e 2004 o crescimento expressivo dos domicílios brasileiros com TV. Esses dados são articulados à análise do redirecionamento das redes para o segmento popular, que evidentemente está pautado na popularização dessa mídia, considerando sua presença em aproximadamente 90% dos lares brasileiros.

Utilizando-se do instrumental teórico-metodológico de Karl Marx, Brittos associa a comunicação a um produto, uma mercadoria, e destaca a relação produtor-consumidor-produto, na qual o consumidor é considerado referência elementar para a elaboração dos produtos audiovisuais.

A partir de outra perspectiva, Álvaro Benevenuto Jr. também se debruça sobre a televisão, mas seu foco será o telejornalismo. As Mudanças do Jornal Nacional e a Reconquista do Público oferece um breve mas consistente panorama sobre o telejornal de maior audiência no país. Para o autor, o marco fundamental das mudanças no JN é o ano de 1996, com a mudança da chefia editorial passando para o comando de Willian Bonner e Fátima Bernardes. Mais que uma mudança na linha editorial e estética, revela os interesses econômicos, políticos e sociais da emissora de olho na reestruturação do mercado e no aumento da concorrência pela audiência.

Numa outra perspectiva, mas ainda abordando a televisão, Anita Simis, em seu texto A Introdução da TV por Assinatura no Brasil: algumas questões, elenca um conjunto de fundamentações sobre o processo tardio de instalação da TV a cabo no país, considerando que países vizinhos, como por exemplo a Argentina, já haviam implantado o sistema desde os anos 60.

Simis apresenta uma detalhada cronologia dos principais períodos da discussão para a regulamentação do sistema a cabo iniciada nos anos 70, passando pela atuação do ex-ministro das Comunicações Antonio Carlos Magalhães na criação do serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos (DISTV), em 1989, até a promulgação da Lei do Cabo em 1995. Destaca a atuação de alguns parlamentares, entidades sindicais e setores acadêmicos agrupados em torno do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que desde os anos 70 aglutinava entidades que discutiam o caráter estratégico dos meios de comunicação e a importância de

democratizá-lo para que pudessem de fato expressar a diversidade opiniões existente na sociedade.

Segundo a autora, esse processo é marcado pela ineficiência do Estado como ator fundamental na definição das diretrizes que deveriam nortear a implantação da televisão por assinatura, sobretudo na ausência do Ministério das Comunicações na negociação dos pontos-chaves da regulamentação do sistema.

Esboço de uma Antropologia da TV Digital, texto de Gustavo Gindre, utiliza a teoria ator-rede para abordar seu estudo de caso sobre a implantação da TV Digital no Brasil. Para o autor, o que está em jogo não é apenas a escolha do padrão a ser adotado — japonês, americano, europeu ou de qualquer outro modelo. Trata-se de um embate mais complexo, considerando que as características de cada um dos padrões define caminhos diferentes na relação com os futuros usuários.

A TV Digital é encarada como algo em aberto para o qual se está criando o conteúdo, portanto, o formato final a ser implantado depende de negociações, escolhas e ajustes envolvendo diversos atores que nem sempre estão de acordo quanto aos melhores critérios, até mesmo porque os interesses são muitas vezes conflitantes.

Para embasar essa análise será adotada a teoria ator-rede, a partir do antropólogo Bruno Latour, para pensar a TV Digital como uma nova rede sociotécnica que envolve cientistas, políticos, economistas, comunicólogos e, principalmente, os indivíduos vistos apenas como futuros usuários. A rede sociotécnica deve dar voz a todos, independente de sua qualificação, mas compreendendo que todos devem ocupar o lugar de sujeitos na definição do padrão a ser adotado.

Por fim, temos a relação entre religião e mídia abordada no texto Religiosidades: Uma nova agenda pública na construção de sentidos, cuja abordagem se pauta no estudo das comunidades virtuais da fé para desenvolver a tese da configuração de um novo tipo de religiosidade que minimiza a importância do caráter presencial sempre explorado nos cultos religiosos.

A religiosidade globalizada, conforme a reflexão do autor Atílio I. Hartmann, é possibilitada a partir da crescente utilização de dispositivos midiáticos que na esteira da nova ordem global valoriza a capacidade de consumo dos indivíduos, no caso específico o consumo de bens e produtos religiosos. As comunidades virtuais de fé, ao abolirem a necessidade de se frequentar os espaços institucionalmente consagrados para a realização de seus rituais religiosos, estariam contribuindo para o estabelecimento de uma religião global, a partir da qual a experiência de fé passa a ser virtualizada.

JAMBEIRO, O.; BRITTOS, V.; BENEVENUTO JUNIOR, A. (Org.). **Comunicação, hegemonia e contra hegemonia**. Salvador: EDUFBA, 2005.